

## Resenha bibliográfica\*

### *Book review*

Maria Alice Rosa Ribeiro\*\*

GRANDI, Guilherme; FALEIROS, Rogério Naques (Org.). *História econômica do Brasil: Primeira República e Era Vargas*. Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec, 2020.

O penúltimo<sup>1</sup> livro da coleção Novos Estudos de História Econômica, *História econômica do Brasil: primeira república e era Vargas*, foi lançado em plena pandemia de Covid-19, em 2020. Tempos terríveis e de desesperança diante do descaso e das negociações inescrupulosas de vacinas e remédios ineficazes etc. Uma verdadeira política genocida acabou por produzir milhares de mortes evitáveis, sendo 548.340 registradas no último dia 23 de julho de 2021. Isso marca o momento que vivemos e não deixa de nos abalar profundamente, sobretudo quando voltamos para os estudos do passado, quando analisamos a história econômica e social do Brasil desde a Proclamação da República até meados dos anos de 1950. Constatamos que havia uma ideia de construção de uma nação, defrontamo-nos com projetos de desenvolvimento com soberania, embora a herança de uma sociedade recém-saída da escravidão persistisse nas desigualdades econômicas, sociais e raciais.

O que encontramos no livro organizado por Guilherme Grandi e Rogério Naques Faleiros é a história crítica de projetos de construção de um país. Os sete capítulos percorrem temas que marcaram a Proclamação da República, a Primeira República, a Revolução de 1930, o primeiro governo Vargas, a ditadura do Estado Novo, a redemocratização e o segundo governo Vargas. Ao longo desse período, transitamos por quatro cartas constitucionais (1891, 1934,

\* Submissão: 25/07/2021 | Aprovação: 19/08/2021.

\*\* Professora do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (Unesp/ Campus Araraquara). Pesquisadora Colaboradora do Centro de Memória – Unicamp, CMU | E-mail: mariaalicerosaribeiro@gmail.com

<sup>1</sup> Nesse ano foi lançado *História de empresas no Brasil*, organizado por Alcides Goularti Filho e Alexandre Macchione Saes, pela Eduff/Hucitec.



1937 e 1946), que marcaram rupturas e balizaram uma nova ordem política, econômica e social.

De uma resenha espera-se que desperte interesse de novos leitores. É nosso propósito. Cabe aqui ressaltar que a tarefa neste caso assume uma maior dificuldade, pois não se trata de um livro de um único autor, mas de doze autores que estudaram temas diversos, tendo como única referência entre eles o tempo histórico. Sabemos que o tempo histórico não é condição de homogeneidade; ao contrário, é possível enxergar complexas diferenças e contradições, o que não alivia as dificuldades de se resenhar uma coleção de trabalhos. Feita a ressalva, segue o comentário.

A transição e a consolidação da hegemonia política estadunidense no Sistema Mundo é o tema abordado por Rogério Faleiros no primeiro capítulo da coleção. Ao longo do período de 1898 a 1945, os Estados Unidos construíram o novo sistema de dominação mundial, no qual passam a ocupar a posição hegemônica com o deslocamento do poder britânico. A originalidade conferida pelo autor não está somente em rever as contribuições à historiografia de autores que identificaram as disputas interestatais e as alternâncias nas hierarquias mundiais de poder (Braudel, Arrighi e Wallerstein), mas em inserir o Brasil na disputa interestatais e na configuração do Sistema Mundo. Na transição hegemônica em curso, a disputa concentrou-se no controle dos “mercados mundiais de exportação de capitais, de produtos primários e de moedas”. É no contexto da disputa pelo controle do “mercado de produtos primários” que o importante mercado cafeeiro se insere e nele o Brasil, principal produtor mundial. Pairava no ar uma contradição entre o domínio financeiro britânico das operações de valorização do café e o principal mercado consumidor, os Estados Unidos. Assim, os lucros excedentes das operações de comercialização e de financiamento resultantes da política de valorização e de defesa do café realizadas pelos governos do estado de São Paulo (1906-1918, 1917-1920, 1921-1924) e brasileiro (1921-1924, 1931-1945) eram canalizados para a Inglaterra, e em menor proporção para Alemanha e França, ao passo que os Estados Unidos, maior mercado consumidor, estavam alijados. É esse o embate que o autor nos traz por meio da análise dos lances de cada rodada da operação de defesa do café e as ofensivas estadunidenses. O que fica claro é que, embora a política de defesa cafeeira parecesse uma ação de independência e de autonomia do Estado brasileiro, na verdade a operacionalidade era totalmente dependente do capital financeiro britânico. O jogo da defesa acabou por escancarar o “calcanhar de Aquiles”: quanto mais se valorizava o café brasileiro, por meio

da defesa dos preços no mercado mundial, mais se estimulava o crescimento da produção dos concorrentes, principalmente da Colômbia. Os Estados Unidos orientarão seu ataque mirando justamente na valorização do café colombiano, em oposição aos interesses britânicos no café brasileiro, o que acabou por desestruturar o mercado cafeeiro mundial e alijar os antigos detentores da primazia, Inglaterra e Brasil. Após a Segunda Guerra, os Estados Unidos consolidam sua posição hegemônica no Sistema Mundo e o café brasileiro perde sua posição no mercado mundial.

O papel das tarifas alfandegárias no crescimento industrial é o tema retomado por Guilherme Grandi e Alexandre Saes. A questão é em que medida o alto nível das tarifas alfandegárias, no último quartel do século XIX, cumpriu o papel de proteger a indústria nascente ou de defender a receita tributária. Os autores contestam que o processo de substituição de importações tenha começado pelas elevadas tarifas alfandegárias praticadas nos fins do século XIX. Sustentam o argumento de que a política econômica brasileira tinha na manipulação da taxa cambial o principal mecanismo de defesa dos preços do café no mercado internacional. Assim, as oscilações na taxa cambial exerciam indiretamente papel protecionista mais relevante do que o tradicional mecanismo de elevação das tarifas alfandegárias. A inclusão na análise da estrutura tributária do Estado brasileiro conferiu aos argumentos maior consistência na avaliação do papel dessas tarifas. Outro elemento importante que os autores trazem é a associação entre as oscilações do câmbio e as alterações nas tarifas alfandegárias, mostrando que elas descreviam movimentos compensatórios. A desvalorização cambial provocava necessariamente a redução das reservas internacionais e elevação do custo do serviço da dívida pública; para compensar, o governo elevava as tarifas de importação. Esse é o mecanismo clássico que explica a política de elevação de tarifas alfandegárias, uma vez que a estrutura tributária da União se assentava nelas. Logo, o mecanismo, antes de ser protecionista, era fiscal. Na medida em que há o desenvolvimento do mercado interno, a importância dos impostos sobre importações na composição da receita fiscal do governo federal cai e o recurso à elevação das tarifas se torna menos empregado. Esse movimento torna-se perceptível a partir da Primeira Guerra Mundial, em decorrência do aumento das dimensões do mercado interno, implicando a substituição das receitas do governo federal advindas das tarifas alfandegárias para os impostos relacionados às atividades econômicas internas: imposto sobre o consumo e o imposto de renda. Os autores recorrem às fontes documentais: relatórios dos ministros da fazenda e mensagens dos

presidentes da República ao Congresso Nacional, que conferem maior força argumentativa para a conclusão de que a finalidade dos impostos alfandegários não era a de elevar o grau de proteção da indústria nacional, mas garantir o fluxo de receitas do governo federal para fazer face aos compromissos fiscais e honrar o pagamento do serviço da dívida contraída para financiar a política de valorização do café.

Três experiências de empreendimentos são analisadas por Pedro Tosi, Rodrigo Fontanari e Henry Martins, no contexto das políticas de valorização do café iniciadas com o Convênio de Taubaté até a criação da Câmara de Reajustamento Econômico, nos anos de 1930. As três experiências ocorreram no interior de São Paulo e envolveram setores econômicos distintos: uma, em Franca, uma fábrica de calçados; outra, em Araraquara, a Estrada de Ferro Araraquara; por fim, a trajetória de um cafeicultor, comissário e banqueiro que operou na região da Mogiana, em Santos e na cidade de São Paulo. Com base em fontes documentais cartoriais, os autores se preocuparam em desvendar o desempenho dos empreendimentos à luz da política econômica adotada para solucionar as sucessivas crises de desequilíbrio entre oferta e demanda da economia cafeeira. Os processos de encerramento das firmas calçadista, de curtume, de fósforo e a ferrovia mostraram não somente a má gestão administrativa, mas também a fragilidade de uma economia urbana, de um incipiente mercado consumidor e da ausência de produção em volume suficiente nas zonas por onde a ferrovia percorria. Na trajetória do mineiro de Caldas, coronel Christiano Osório de Oliveira, que uniu em uma única pessoa as funções de fazendeiro, comissário e banqueiro, as condições de êxito nos empreendimentos estavam presentes pelo fato de absorverem as duas atividades mais lucrativas da economia cafeeira: a de comercialização e a de prestador de dinheiro a juros. Sem esquecer sua sagacidade em aproveitar as oportunidades abertas pela política de defesa do café implementada no governo Vargas nos anos de 1931 a 1945. Assim, o plano de Reajustamento Econômico varguista beneficiou o capitalista-fazendeiro pelos dois lados, como fazendeiro e como banqueiro. Os casos estudados pelos autores assinalam as vicissitudes de uma sociedade de base econômica ainda pouco diversificada e que dependia fundamentalmente da atuação do Estado mesmo em áreas típicas da iniciativa privada e a importância das atividades ligadas à comercialização e financiamento do café.

Cultura de consumo é o tema abordado por Milena Fernandes de Oliveira para projetar o espaço urbano na Primeira República. Um distanciamento

crescente entre as classes é reproduzido constantemente com a incorporação no consumo de um número maior de bens, fazendo com que cada vez mais artefatos se tornassem objeto de desejo. O consumo material de determinados objetos e os modos de usufruí-los no comer, no beber, no vestir e no habitar põem em evidência e externalizam os sinais da diferença de classe. No capítulo, o processo de diferenciação é evidenciado com a reforma urbana da cidade do Rio de Janeiro, onde os princípios forjados por Haussmann estavam presentes: “modernização, embelezamento e racionalização”. A combinação dos princípios implicava a construção de espaços reservados, mas não somente no caso do Rio de Janeiro, cujo território era espremido pelo mar e pelos morros; buscava-se criar áreas valorizadas para ampliar a margem dos capitais alocados na especulação imobiliária. A destruição dos morros, que circundavam a cidade, e a expulsão dos pobres dos cortiços do centro abriram espaços ao surgimento de ruas alargadas invadidas pelo comércio de artigos sofisticados e de amplas calçadas transformadas em um contínuo de vitrines de exposição dos objetos de desejo: modas, decoração, livros, artigos musicais. Não só as vitrines podiam ser apreciadas, como também o embelezamento do entorno com aleias e alamedas de árvores e de arbustos europeus e jardins afrancesados. Outras cidades, na Primeira República, passaram por reformas, mas talvez a mais emblemática tenha sido a da capital federal, cartão de visita da República recém-inaugurada. Segregavam-se os espaços urbanos, onde habitar, trabalhar, passear e usufruir, segundo a classe social, origem e atividade. Das reformas urbanas, a autora avança para os novos sentidos do consumo que se apoiavam no exibir e ostentar a diferença entre a elite e os outros, pequenos proprietários e não proprietários. A cultura de consumo separa os privilegiados dos não privilegiados; os poderosos dos sem poder; os proprietários dos expropriados. A República nascida de uma quartelada e disputada pelos bacharéis, filhos de proprietários de terras e de ex-escravizados, intrinsecamente autoritária e antidemocrática por nascimento, incumbiu a cultura do consumo como um elemento a mais para diferenciar aqueles que poderiam se apropriar do público privadamente.

Os deslocamentos populacionais para a formação do mercado de trabalho no Brasil é o tema estudado por Cláudia Alessandra Tessari. O estudo cobre a Primeira República (1889-1930) e os anos do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Os pressupostos da autora são de que até 1930 não havia no Brasil um mercado de trabalho nacional, existindo apenas regionalizado; e que o Estado teve um papel fundamental na formação e consolidação do mer-

cado de trabalho brasileiro. Foi o Estado, por meio de suas instituições, que equacionou e organizou a mobilização das populações “de um exército nacional de reserva” passível de ser acionado nos momentos de rigidez na oferta de mão de obra para as zonas mais dinâmicas. Nos mais de cinquenta anos que atravessam o processo de formação do mercado de trabalho nacional, os deslocamentos populacionais de migrantes estrangeiros e nacionais exerceram um papel fundamental. Essas populações chegavam aos locais de intensa procura por mão de obra, completamente desenraizadas e desapropriadas. Embora não houvesse o mercado nacional de trabalho, os mercados regionais não eram isolados entre si e sobre eles permaneciam determinações gerais do capital nacional e internacional. Portanto, antes de 1930, havia deslocamentos interprovinciais e intraprovinciais de escravizados e de livres, migrantes nordestinos das secas, como também de imigrantes estrangeiros. A autora traz uma compreensão inovadora ao afirmar que a decisão de São Paulo de substituir o braço do escravizado por imigrantes europeus permitiu a manutenção de reservatórios regionais de mão de obra nas economias menos dinâmicas. Isso possibilitou que, quando da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (26/11/1930), o governo de Vargas acionasse os reservatórios regionais, “o exército de reserva”, para trazer mão de obra para atender ao crescimento urbano e industrial, devido ao término da imigração subsidiada e à política de defesa do trabalhador nacional adotada pelo governo Vargas. Para a reconstituição do processo de formação do mercado nacional de trabalho, a autora utilizou as fontes produzidas pelo Ministério do Trabalho e pelo Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo, além de artigos do periódico *O Observador Econômico e Financeiro*. Deste último cabe ressaltar a excelente reconstituição de um inquérito sobre os migrantes-retirantes fugitivos das secas no ano de 1939.

Continuando na temática do mundo do trabalho e da constituição da legislação trabalhista de caráter nacional da era Vargas, o próximo capítulo, de autoria de José Flávio Motta e de Luciana Suarez Galvão, aborda a legislação específica de defesa do trabalho noturno da mulher. Em 1932, como presidente do Governo Provisório, Getúlio Vargas e o ministro do trabalho, Salgado Filho, assinam o decreto n. 21. 417-A, que resolve: igual salário para igual trabalho, sem distinção de sexo; e proibição do trabalho da mulher nos estabelecimentos industriais e comerciais, públicos ou privados, das 22 às 5 horas. A polêmica que provocou o decreto não recaiu sobre o primeiro artigo – o da igualdade salarial para trabalho igual, independente de sexo –, e

continuamos a sofrer dessa injustiça ainda hoje. A controvérsia esquentou quando surgiram na imprensa as reclamações das garçonetes, principais trabalhadoras atingidas pelo decreto. Com uma pesquisa rigorosa junto à imprensa que circulava na época, os autores acompanharam o debate que envolveu pessoas, entidades de defesa da mulher, sindicatos, instituições governamentais ligadas ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio etc. Importante salientar que, em que pese o Brasil ter participado da Conferência de Paris, sendo signatário do Tratado de Versalhes em 1919, não foram formuladas e aprovadas quaisquer medidas em defesa do trabalhador de âmbito nacional durante os anos de 1920 a 1930. Uma única medida com abrangência nacional foi aprovada pelo Congresso Nacional, a Lei de Acidentes de Trabalho, iniciativa do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo e do senador por São Paulo, Adolpho das Silva Gordo, em 1919. Assim, ao instituir o Ministério do Trabalho, o governo de Vargas tinha em foco ratificar as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no âmbito nacional e preparar as relações de trabalho para o desenvolvimento urbano industrial. E foi isso que foi feito; porém, a legislação se restringiu ao trabalho urbano, industrial e comercial, sem tocar nas condições do trabalho agrícola, em que se concentrava a maioria dos trabalhadores nacionais. A atuação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), movimento de âmbito nacional, organizado no Rio de Janeiro, em 1922, com o objetivo de defender os direitos da mulher brasileira e dirigido pela bióloga do Museu Nacional, Bertha Lutz, foi muito importante para dar voz às garçonetes. Ao proibir o trabalho noturno, o decreto arruinava financeiramente as trabalhadoras, pois as gorjetas da noite eram as mais “gordas”. As garçonetes não tinham direito à representação junto à Associação dos Empregados em Hotéis, Restaurantes, Café, Bares etc., que admitia somente homens. Entretanto, mesmo que tivessem participação não teriam apoio, pois a associação defendia o decreto em nome “da proteção” às garçonetes que à noite sofreriam “abusos” de clientes inconvenientes. O “manto da proteção” encobria de fato a concorrência por gorjetas. O foco deveria ser banir os clientes “abusados” e não privar as mulheres do trabalho. Paro por aqui, para não dar *spoiler!*

Por fim, o último capítulo, “O Brasil na Era Vargas (1930-1954): rupturas e continuidades do projeto nacional-desenvolvimentista”, fecha o livro e é aquele que percorre um período mais longo: o primeiro governo Vargas (1930-1945), o período da “redemocratização” ou governo Dutra, e o segundo governo Vargas (1951-1954). Para os autores, Ivan Colangelo Salomão e

Leonardo Segura Moraes, a Era Vargas foi marcada pelo desenvolvimento nacional como a “estratégia de acumulação” que implicou a internalização do centro dinâmico. Nesse contexto, o setor industrial foi alçado a desempenhar o papel central no processo de crescimento econômico. Os autores realizam um balanço bibliográfico historiográfico destacando três aspectos: os antecedentes e condicionantes históricos do desenvolvimentismo; a dinâmica da política econômica, com ênfase no papel do Estado; e por fim, trazem um amplo panorama econômico e político do período. É no contexto da revolução de 1930, com a derrocada da elite agrário-exportadora cafeeira, que as ideias desenvolvimentistas encontraram o terreno para serem experimentadas, por meio da industrialização por substituição de importações. A queda nas exportações e na capacidade de importar bens de consumo e de capital estimula a produção industrial a se reestruturar para atender ao mercado interno e para explorar as oportunidades no espaço urbano. Nesse período surge a possibilidade de combinação de três ideias: “nacionalismo, industrialismo, o intervencionismo pró-crescimento”. É estranho que os autores nomeiem de “intervencionismo”, como se fosse uma característica peculiar da era Vargas, quando se sabe que o intervencionismo estatal no mercado cafeeiro foi a prática mais comum dos ditos governos “liberais” da Primeira República. Entretanto, os autores buscam distinguir, adicionando o qualitativo “pró-crescimento” e apontando o desenvolvimentismo como fenômeno inovador quando se torna o norte da política. Vargas, ao assumir o poder, imediatamente põe em prática medidas que indicam a mudança do “centro dinâmico”, como foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Porém, ao mesmo tempo, dá continuidade à política de defesa do café, porém nacionalizada: retirou de São Paulo o controle com a criação do Departamento Nacional do Café; centralizou e interviu no mercado cafeeiro pela compra e queima excedente; controlou as entradas de sacas nos portos. Ou seja, a política de valorização instituída em 1906 continuou, porém nacionalizada. Logo, resta uma pergunta: a socialização das perdas permaneceu? Houve queima do excedente das supersafras de anos consecutivos, entre 1933 e 1944, quando mais de 78 milhões de sacas de café foram queimadas, correspondendo a três anos do consumo mundial de café. Ao lado da política de manutenção da atividade agrícola exportadora, foram construídas a rede de proteção ao trabalhador urbano e a legislação trabalhista de abrangência nacional, em consonâncias com as convenções da OIT. Quanto ao setor industrial, a siderurgia torna-se um ponto central da estratégia nacionalista de



desenvolvimento da era Vargas – Companhia Siderúrgica Nacional (1941) e Companhia Vale do Rio Doce (1942). No segundo governo despontaram novas iniciativas: Petrobras e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, este para financiar investimentos e fornecer crédito de longo prazo. Para os autores, o intervalo “liberal” entre o governo Dutra e o segundo governo Vargas não representou grandes distinções quanto à política fiscal, pelo menos no discurso. Em ambos os governos, Vargas e Dutra, os desequilíbrios orçamentários foram constantes, tendo no governo Vargas o papel de alimentar a expansão do crédito que financiou a produção industrial, não resultando em inflação. A era Vargas visou à construção do capitalismo brasileiro na versão desenvolvimentista, nacionalista e trabalhista, e sua derrocada sobreveio com o suicídio de Vargas em 1954. Por fim, os autores não poderiam perder a ironia ao afirmarem: “A dialética contraditória do desenvolvimento econômico, no entanto, relewa-se no fato de a consolidação industrial de São Paulo ter sido politicamente liderada por um representante da oligarquia pecuarista do Rio Grande do Sul” (Salomão; Moraes, 2021, p. 309). Vamos deixar a provocação para o debate!

Para finalizar, quero dizer que o livro é um convite à discussão com as/os estudantes em seminários de graduação e de pós-graduação das disciplinas de Formação Econômica do Brasil e História Econômica do Brasil e do Mundo.